



MONÇÕES

Revista de Relações Internacionais da UFGD

ISSN 2316-8323

CULTURAS E EPISTEMOLOGIAS DO SUL: AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS TRADUZIDAS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA

**ELIZABETE SANCHES ROCHA e
VIRGINIA SANTIAGO DOS SANTOS GÓES**

Professora e Pesquisadora do Departamento de Relações Internacionais da FCHS - UNESP - Franca e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da FCL - UNESP - Araraquara. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa "Núcleo de Estudos Linguísticos e Culturais" - NELC/CNPq
E-mail: elizabete.sanches@gmail.com

Graduanda em Relações Internacionais pela FCHS - UNESP - Franca. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa "Núcleo de Estudos Linguísticos e Culturais" - NELC/CNPq. Membro do Núcleo de Ensino de Relações Internacionais da FCHS - UNESP-Franca.
E-mail: virginiassgoes@gmail.com

RESUMO: Através de perspectivas pós-colonialistas, pretende-se compreender o tema do olhar latino-americano sobre as relações internacionais, tendo como eixos as formações identitárias da "periferia" do sistema internacional, as quais possuem reminiscências dos processos coloniais. Para tanto, parte-se dos seguintes questionamentos: "Qual o papel da cultura na política mundial?", "É possível compreender as Relações Internacionais enquanto campo do conhecimento sem considerar as vozes silenciadas pelos processos históricos de colonização?", "Quais são as características do Sistema Internacional da atualidade e qual a relação destas com os processos locais de subalternidade na América Latina?". Com base nestes questionamentos, busca-se contextualizar a disciplina das RI como detentora de dinâmicas de poder internas, que recebem influência da conjuntura hierárquica e colonial do Sistema Internacional, configurando, assim, um círculo de práticas e fundamentações teóricas que têm impacto sobre as localidades externas aos grandes centros de poder.

Palavras-chave: pós-colonialidade; América Latina; movimentos sociais.



RESUMEN: Desde perspectivas poscoloniales, se pretende comprender el tema de la mirada latinoamericana sobre las Relaciones Internacionales, teniendo como ejes las formaciones de identidades de la "periferia" del sistema internacional, las cuales poseen reminiscencias de los procesos coloniales. Por lo tanto, iniciamos con las siguientes preguntas: "¿Cuál es el papel de la cultura en la política mundial?", "Es posible entender las Relaciones Internacionales como un campo de conocimiento sin tener en cuenta las voces silenciadas por los procesos históricos de colonización?", "¿Cuáles son las características del sistema internacional actual y cuál es la relación entre ellas y los procesos locales de subordinación en América Latina?". En base a estas preguntas, tratamos de contextualizar la disciplina de RI como poseedora de dinámicas de poder internas, que son influenciadas por la coyuntura jerárquica y colonial del sistema internacional, configurando, así, un círculo de prácticas y fundamentos teóricos que afectan localidades fuera de los grandes centros de poder.

Palabras clave: poscolonialidad; América Latina; movimientos sociales.

INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho surge da identificação de que há um predomínio de modelos europeus e estadunidenses no delineamento político, econômico, social e cultural sobre a dinâmica internacional e as políticas formuladas por seus atores.

São diversas as importações de políticas que não correspondem às realidades da América Latina e de outras regiões ao redor do globo, regiões que muitas vezes compartilham – consideradas as diferenças – das reminiscências do processo moderno de colonização pelo qual passaram. Um exemplo desta importação se dá quanto à grande parcela dos modelos de integração institucional, os quais buscam pautar metas de integração realizadas pelo centro.

O ponto comum entre diversas políticas importadas é o do papel secundário dado à cultura nos delineamentos de ações locais e regionais. A cultura é abordada predominantemente como instrumento facilitador de projetos – de integração ou outros – e não como ponto-chave na compreensão das realidades locais, e a América Latina não escapa desta lógica. Parafraseando Benedict Anderson (1983), as culturas



CULTURAS E EPISTEMOLOGIAS DO SUL ...

são as lentes pelas quais vemos o mundo, e como tais devem ser consideradas na formulação de políticas de modo a compreender sua fluidez, sua contingencialidade, pois perpassam todas as relações humanas e sociais.

Compartilhando do conceito de alteridade, segundo o qual a identidade se faz a partir da relação com o “outro”, entende-se que o delineamento de políticas regionais não é possível concretamente se desconsideradas as especificidades locais internas a cada um dos países envolvidos, e isto implica na desconstrução da noção de que as identidades nacionais representam uma totalidade de realidades internas. Entende-se que tal desconstrução desempenha um papel de extrema importância para as análises contemporâneas acerca das conjunturas e momentos vividos no mundo. Esta desconstrução se pauta primordialmente na distinção entre a chamada identidade nacional e a identidade étnico-cultural. Enquanto a última está ligada ao processo histórico de formação de ideias por meio de *contaminâncias*, sendo, assim, anárquica e pluridimensional em si mesma, a primeira – nacional – tem uma função clara: a de se manter de acordo com símbolos e signos criados para remeterem a um Estado-nação. Neste sentido, a identidade nacional é forjada, ou seja, um produto para a manutenção da soberania interna do Estado e para legitimar sua inserção internacional. Este processo encontra eco em argumentações – sobretudo de teorias hegemônicas das Relações Internacionais – que centralizam os Estados como principais atores do sistema internacional, o que fomenta a criação de imagens a serem exportadas e que distinguiriam os Estados.

Por sua vez, as construções identitárias locais possuem em seu cerne práticas de significação formadas por ideias, que são sempre construtos não finalizados. Segundo Estevão Rezende Martins (2007: 7),

Ideias são a força motriz do processo cultural que dá consistência (ou resistência, ou ambas) à afirmação de indivíduos ou grupos na realidade histórica das sociedades. [...] Entendidas de modo estritamente formal, ideias é um termo que designa um conjunto de convicções, crenças, opiniões, interesses e motivos, conjunto que, adotado pelo agente racional humano, individual ou coletivamente, determina seu agir.



Formulações de modelos sem a ponderação sobre as diferenças relativas a essas construções identitárias – que são contingentes, provisórias e locais por fazerem referência constante às ideias partilhadas – acabam por abrir espaço a visões hierarquizantes de determinadas culturas sobre as demais. Este processo hierárquico predomina tanto no Sistema Internacional quanto no campo analítico das RI, e é nestes dois pontos que este artigo se pautará, principalmente, com ênfase às nuances do nosso *locus* enunciativo: a América Latina.

SISTEMA INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Quando a disciplina de Relações Internacionais tem seu grande apogeu no entre guerras, não há menção a países que escapavam do eixo Europa Ocidental e Estados Unidos. Pouca representação era dada aos países do chamado “Terceiro Mundo” – nomeação já desconstruída por muitas das vertentes críticas das RI devido a seu caráter binário, de oposição pela diferença, e pela carga negativa dada a estes países, contrapondo uma idealização das condições de vida supostamente encontradas no “Primeiro Mundo”.

Pouco se buscou falar da cultura nas RI. Somente no final do século XX ela passa a ser abordada mais claramente na disciplina, entretanto por uma via duvidosa: a de considerar a interação cultural como causa dos conflitos mundiais (Huntington 1997). Para a vertente realista, por exemplo, esse contato entre “diferentes” representa perda de poder, uma vez que a identidade nacional – criada para ser fixa, inabalável – sofre influência de outras culturas, através de movimentos de migração, dentre outros.

Esse processo de abalo das concepções hegemônicas de poder será muito bem analisado pela vertente chamada por muitos de *reflexivista* ou, como chamado por outros, *interpretativista*, a qual engloba perspectivas pós-modernas/pós-estruturalistas, dentre as quais estão a teoria crítica, os feminismos e a crítica pós-colonial. A partir deste arcabouço plural iniciaram problematizações em diversas áreas



CULTURAS E EPISTEMOLOGIAS DO SUL ...

do conhecimento – desde a Sociologia, Antropologia, passando pela Linguística, Filosofia, Historiografia e Crítica Literária – sobre as estruturas de poder, suas origens e os mecanismos de manutenção das mesmas. É então que estas perspectivas conseguem se inserir aos poucos nos estudos das Relações Internacionais. A razão desta inserção se dá pela identificação de que a disciplina é delineada por concepções racionalistas sobre o sistema internacional, as quais desconsideram as subjetividades, as textualidades e os discursos na edificação das práticas internacionais, em detrimento de uma “descrição” da realidade. As perspectivas reflexivistas, por sua vez, “[...] formulam recomendações sobre o que fazer para transformar as relações de poder dominantes.” (Resende 2010: 74). Há, ainda, que se considerar que:

Comprometidos com o debate sobre o lugar da ética em RI, além de preocupados em romper as relações de dominação que sufocam e impedem a verdadeira emancipação humana, os críticos pós-modernos/pós-estruturalistas [...] tentam trazer à tona as consequências da modernidade. Para os críticos, inobstante seu discurso benevolente e libertador, o projeto Iluminista da modernidade possuía um preço alto: o fim da tradição teria sido pago com a disciplinarização dos indivíduos e a naturalização do Estado como forma privilegiada de organização política das coletividades. (Resende 2010: 13).

A crítica reflexivista contribui, assim, para a desconstrução do dogma epistemológico que universaliza a ciência moderna ocidental como Verdade com a intencionalidade de torná-la inquestionável em suas bases mais profundas. Esta universalização de ideias e práticas tem um notável impacto sobre a disciplina de RI por cristalizar concepções como anarquia internacional – cuja base se encontra na noção apriorística de Estado de Natureza, cunhada para justificar a criação do Estado e legitimá-lo – através da percepção crítica sobre o positivismo, pela revisão do processo histórico que resultou na suposta verdade do Estado de Natureza. Para Beate Jahn, “Culture [...] is the great 'other' over and against which the discipline of international relations invokes nature.” (JAHN, 2003: 27).



ELIZABETE SANCHES ROCHA e VIRGINIA SANTIAGO DOS SANTOS GÓES

A partir do contexto apresentado, fazemos, no espaço deste artigo, uma escolha epistemológica que busque respostas contingentes aos problemas causados por tal importação de ideias. Assim, como fundamentação teórica utilizam-se perspectivas dos estudos culturais e pós-colonialistas.

Quando propomos analisar as relações internacionais através de perspectivas culturais e pós-coloniais, somos constantemente chamados a justificar esta escolha, que mais do que epistemológica é também de foco ontológico, uma vez que a unidade de análise passa a abranger rincões muitas vezes inexplorados no campo dos estudos internacionais. Um deles é o da construção sociocultural de uma localidade, a qual será identificada externamente por meio de imagens exportadas pelos "altos" poderes de decisão da mesma ou pela formação de imagens por atores externos. Ambos os processos citados não correspondem à completude da mencionada construção sociocultural interna pelo fato de formarem imagens estáticas das identidades locais, ou seja, não compreendem as subjetividades inerentes às mesmas. Nesse sentido, podemos caracterizar as identidades como "movimentos", por identificarmos sua constante construção e a inexistência de uma linearidade neste processo edificador.

Os estudos culturais aportam inúmeras contribuições à presente análise por pautarem a "[...] centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade, e da pessoa como um ator social." (HALL, 1997: 20). A realidade – inclusive a realidade internacional –, sob este prisma, é construída socialmente, e formada por identidades abertas, fluidas e sujeitas às mudanças desencadeadas por processos políticos e econômicos.

Já os pós-colonialismos se destacam quando da inserção das vozes dos colonizados, questionando o predomínio da lógica neocolonial ainda na contemporaneidade, tanto nas práticas internacionais quanto nas interpretações sobre as mesmas.



[...] hay voces, actualmente invisibles, a las que se resiste a considerar como parte de la disciplina de las Relaciones Internacionales, incluso cuando iluminan asuntos globales. Dicho de otro modo, el trabajo por hacer sería cuestionar no solo el dominio occidental sobre las Relaciones Internacionales, sino también la autoridad que la disciplina reclama en cuanto productora de conocimiento sobre la política mundial. (TICKNER E BLANEY, 2013: 213)

Segundo Naeem Inayatullah e David L. Blaney (2004) o formato das RI é um dos legados do projeto colonialista. Essa relação direta com a modernidade (em sua forma colonial) é uma das explicações para a disciplina deixar, na maior parte dos arcabouços teóricos, de confrontar a “diferença”. Nesse sentido, um dos pontos da crítica pós-colonial nas RI é a identificação de que há um alinhamento dos estudos *mainstream* da área com a matriz hierarquizante e colonial da modernidade. Para os autores, as Relações Internacionais não serão habilitadas a encontrar seu propósito como um estudo de diferenças enquanto não confrontarmos seu legado colonial.

Complementárias aos estudos culturais, as críticas pós-coloniais são, então, utilizadas como importante arcabouço que nos permite colocar em perspectiva as condições de colonialidade que construíram historicamente nossas sociedades latino-americanas e seus resquícios nos dias atuais. Identifica-se a necessidade de fortalecimento de perspectivas dos estudos culturais e pós-colonialistas sobre as relações regionais. Os processos constituidores de identidades, ao serem parte das práticas de significação, revelam a continuidade na formação de “culturas”, as quais são, assim, ilimitadas e dinâmicas em si mesmas. Compreende-se, portanto, que:

[...] sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas — 'culturas'. Contribuem para assegurar que toda ação social é cultural, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação. (HALL, 1997: 15).

Ao considerarmos a formação cultural como um processo indefinível constituído por significados, acabamos por ampliar as ideias que remetem às relações internacionais. Estas passam a incorporar nuances múltiplas sobre as configurações



ELIZABETE SANCHES ROCHA e VIRGINIA SANTIAGO DOS SANTOS GÓES

internas aos atores do sistema internacional, deixando de se restringir ao plano macro e colocando na agenda a questão da diferença, a qual está relacionada diretamente com a dinâmica da soberania estatal e a separação entre o “interno” e o “externo”, ou seja, com as concepções clássicas sobre a política internacional.

Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos — e mais imprevisíveis — da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma 'política cultural' (HALL, 1997: 18).

Essa concepção cultural das relações internacionais contribui imensamente para a elaboração de cenários, políticas públicas, e modelos de integração que tenham em sua base a consideração das múltiplas arestas possíveis de inserção em âmbito local. Nesse sentido, a América Latina se mostra como uma imensa região onde se pode verificar a pluralidade de processos de significação cultural.

AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA: NOMEAÇÃO E DISCURSO

Como afirma Arturo Escobar (2005: 12):

Sabemos que desde la conquista española – y en diversas formas la de otras potencias europeas en otras partes del continente, [...] – lo que se llamó América fue incorporado en el universo conceptual europeo mediante multitud de representaciones, discursos y prácticas.

Nessa perspectiva, a nomeação da América foi construída primeiramente de maneira europeia pelos discursos, essencialmente binários, como o de “civilização” *versus* “barbárie”, que caracterizavam a Europa como padrão para práticas, organização social e modo de vida; e o “diferente” como vazio de significados próprios de representação ou simplesmente como “exótico”.

Esse processo de formação discursiva – dotado de direcionamento ideológico – determinou características de subalternidade, o que consiste ainda hoje em desigualdades ao redor do mundo descolonizado. Este controle sobre a nomeação da



CULTURAS E EPISTEMOLOGIAS DO SUL ...

história reflete as dinâmicas de poder nas quais nossas sociedades estão inseridas. Segundo Edward Said (1995), “O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos.” (1995: 13).

O controle sobre a narrativa histórica é um dos pilares da modernidade e se constitui em uma das formas mais violentas de exclusão de realidades que não correspondem ao modelo hegemônico. Sob este viés, as localidades são chamadas a uma inserção brusca na dinâmica internacional sem o devido respaldo às comunidades internas. Estas continuam a ser excluídas, por não acompanharem e/ou adotarem esta lógica, seja pela percepção de que este modelo não compreende em seu interior suas demandas e seus modos de vivência – como fazem alguns movimentos sociais e iniciativas locais –, seja por desejarem esta inserção, mas não se adaptarem às solicitações de progresso da modernidade.

Considerando que o “Poder é aquela relação entre os sujeitos humanos que, com base na produção e na experiência, impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial ou real de violência física ou simbólica” (CASTELLS, 1999: 51), explica-se a condição de periferia da América Latina no sistema internacional por ser uma região de histórica influência de atores externos sobre suas dinâmicas internas.

Segundo Ayerbe, “A história contemporânea da América Latina é rica em experiências políticas centradas no questionamento da dependência externa, do subdesenvolvimento e da distribuição desigual da riqueza [...]” (2002: 9). Este foco nas condições materiais da região é predominante e tem como objetivo central o alcance a um nível linear de desenvolvimento, o qual possui em seu cerne concepções modernas como determinismo e evolucionismo, originários das Ciências Naturais, principalmente em seu apogeu como disciplina-piloto e como paradigma epistemológico e metodológico para as demais áreas do conhecimento, no século XIX.

A história da região, marcada pelo projeto moderno de colonização, representa a exacerbação da violência em suas três faces: a direta, a estrutural e a cultural. A direta



ELIZABETE SANCHES ROCHA e VIRGINIA SANTIAGO DOS SANTOS GÓES

está relacionada predominantemente aos conflitos físicos, enquanto a estrutural aglomera as condições sociais, econômicas, dentre outras, que impedem a plena construção de uma sociedade e de seus indivíduos em conformidade com o que se estabelece internacionalmente como dignidade da pessoa humana. São alguns exemplos da violência estrutural a fome, a desnutrição infantil, o analfabetismo, a falta de saneamento básico. Por sua vez, a violência cultural remete a mecanismos de formação e mediação simbólica das visões de mundo e categorização/padronização do mesmo e possui em seu cerne processos discursivo-ideológicos.

Ao compreendermos que a América Latina continua a possuir as três violências em suas realidades locais, é possível identificar, como um de seus processos constituidores, os “regimes de representação”, aqueles que se formam historicamente com características de exclusão baseadas na categoria “diferente”. A categorização da cultura representa um dos princípios da modernidade e não corresponde às demandas locais do Sul.

É neste contexto de violências que os direitos necessitam ser constantemente ressaltados. No entanto, é importante caracterizar a debilidade internacional quanto ao direito relacionado à cultura, às práticas de significação compartilhadas ou não por indivíduos de uma comunidade, práticas que demandam uma análise prévia sobre a universalização de valores e discursos. Estes precisam ser compreendidos como criações correspondentes a realidades sociais, culturais e políticas diferentes; são, portanto, locais, mas difundidos como globais.

Boaventura de Sousa Santos (2009) aponta que a difusão de valores e de concepções sobre o direito, por exemplo, resulta da globalização hegemônica, a qual possui duas formas principais de ação: o *globalismo localizado*, que “Consiste no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais” (2009: 12); e o *localismo globalizado*, “[...] processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso [...]” (2009: 12). Os direitos concebidos ocidentalmente podem ser caracterizados como um localismo globalizado na medida em que difunde



CULTURAS E EPISTEMOLOGIAS DO SUL ...

concepções originárias do Ocidente como universais, deixando, muitas vezes, de considerar as realidades das comunidades impactadas por tais preceitos, relegando a complexidade das relações culturais e das identidades ao redor do globo ao plano abstrato, o que dificulta a formulação de políticas internacionais dialógicas que levem em conta o direito à diferença.

Para o argentino Néstor García Canclini (1999)

[...] ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem a mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades. (1999: 46)

Nesse contexto, o sistema internacional difunde uma universalidade de valores e práticas que vão “legitimar” a exportação de modelos econômicos, formas e sistemas políticos que, por fim, acabam por abrir portas a intervenções internacionais, sejam elas diretas – por meio da força militar –, ou indiretas, mais comuns, que se referem a influências sobre os sistemas políticos, modelos de desenvolvimento etc.

Esse processo de práticas globalizantes acaba por causar um movimento duplo. Um deles é o de desconsideração das diferenças internas dos Estados. Apesar da demanda por soluções aos problemas causados pela predominância de perspectivas racionalistas sobre as relações internacionais, estas ainda imperam no delineamento da política internacional, inclusive na criação de modelos de integração, de desenvolvimento e de missões de paz, para citar alguns. O que se deve problematizar é que estas perspectivas de matriz racionalista não mais comportam explicações a um mundo globalizado, no qual as relações interestatais – baseadas ainda no conceito de Estado-nação cunhado em Westfália – são apenas parte da complexidade das relações do globo. Estas são muito mais instáveis e multifacetadas, devido, entre outras coisas, a uma reorganização focada no consumo, que não se limita aos mercados consumidores dos Estados Unidos e Europa, mas se altera em nichos diversificados para abranger o sudeste asiático, a África e a América Latina.



Se considerarmos as maneiras diversas pelas quais a globalização incorpora diferentes nações, e diferentes setores dentro de cada nação, sua relação com as culturas locais e regionais não pode ser pensada como se apenas procurasse homogeneizá-las. Muitas diferenças nacionais persistem sob a transnacionalização, mas também o modo pelo qual o mercado reorganiza a produção e o consumo para obter maiores lucros e concentrá-los converte essas diferenças em desigualdades. (CANCLINI, 1999: 43-44).

Segundo Ayerbe (2002), a liberalização, tanto política quanto econômica passa a ser tendência na América Latina a partir dos anos de 1980. Para o autor, este processo fortalece a “hegemonia dos setores favoráveis ao mercado e à iniciativa privada” (2002: 10). A notável continuação de práticas delineadas pelo modelo neoliberal nos anos 1990 vai ser determinante na desconsideração das pautas étnico-culturais tanto no âmbito interno às nações latino-americanas – vide a insurgência zapatista em 1994 no México – quanto no âmbito regional, marcado pela criação de instituições de integração de caráter econômico.

É neste contexto que iniciativas locais de crítica ao modelo neoliberal e de organização social autônoma surgem com as mais diversas pautas, que vão se relacionando umas com as outras, encontrando seus pontos de luta comuns, devido à sua matriz emancipatória, questionadora da lógica do Estado-nação:

Por isso, os movimentos de artistas e intelectuais que se identificam com questões étnicas ou regionais, [...] situam esta problemática particular [...] num debate sobre a nação e sobre como relocará-la nos conflitos internacionais.” (CANCLINI, 1999: 25).

Há de se ressaltar a abordagem que coloca os movimentos sociais e outras iniciativas críticas ao modelo hegemônico como representativas de empoderamento pelas comunidades a eles relacionadas. Mesmo os processos de integração são realizados de maneira distinta daqueles levados a cabo pelos Estados em âmbito institucional. Outro tipo de integração acaba por ser feito pelas próprias iniciativas locais, através de sua afirmação e do reconhecimento das demais. Os movimentos sociais ressaltam a importância de tais iniciativas para a construção de outra lógica.



[...] al confrontar la globalización neoliberal y la globalidad imperial, los movimientos locales, nacionales y transnacionales pueden ser vistos como constituyendo una forma de globalización contra-hegemónica. Estos movimientos no sólo retan la racionalidad de la globalización neoliberal en muchos planos, sino que también proponen nuevos horizontes de significado [...] y concepciones alternativas de economía, naturaleza y desarrollo, entre otras [...]. (ESCOBAR, 2005: 42).

Nesse sentido de buscas pela formulação de novos modelos, perspectivas e agendas, compartilha-se da perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2007) quanto ao processo de “tradução” por ele explorado:

A tradução é um processo intercultural, intersocial. [...] é traduzir saberes de outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem ‘canibalização’, sem homogeneização. [...] é preciso criar inteligibilidade sem destruir a diversidade. (2007: 39-40).

Ao realizarmos projetos *tradutores* das realidades existentes para uns e outros dos movimentos envolvidos, as possibilidades de encontro se alargam e muitos dos significados se tornam inteligíveis entre eles, denotando uma oposição aos mecanismos esgarçadores de significados – fruto do uso exacerbado dos signos em contextos ambíguos.

A articulação possível através deste processo tradutor representa mais do que trocas de experiência e compartilhamento de ideias e práticas de cada movimento. Ela propicia uma rede do que Arturo Escobar (2005) nomeia como políticas de lugar, ou seja, políticas pensadas a partir das subalternidades com vistas a criar condições sociais, culturais e econômicas questionadoras das ideias difundidas como universais pela globalização hegemônica.

Esta perspectiva aponta alternativas aos modelos institucionalizados na política internacional ao colocar em pauta a desconstrução da universalidade de valores e práticas sócio-culturais. Assim, pode-se pensar em soluções contingentes aos problemas da região latino-americana a partir de conhecimentos próprios e descolonizadores.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de meios para o empoderamento pelas localidades marginalizadas faz-se, antes de mais nada, através da crítica e da desconstrução de noções hegemônicas propagadas pelos locais de poder globalizante. As práticas discursivas predominantes não correspondem às conjunturas do Sul; e as Relações Internacionais ainda levam internamente a colonialidade do saber, na medida em que a agenda responde a proposições teóricas exógenas às localidades colonizadas.

A descolonização do conceito de cultura e das próprias Relações Internacionais enquanto campo analítico é, portanto, o ponto de partida para a construção de possibilidades à globalização hegemônica, com vistas a alçar a proposta de que outros mundos são possíveis. Aprender com o Sul se faz necessário, pois é a partir do conhecimento e o compartilhamento das experiências de exploração epistemológica e econômica e de anulação cultural pelas quais passaram regiões colonizadas, como a América Latina, que se faz possível repensar nossas formações subalternas, criando, assim, alternativas a esses processos excludentes. Ao mesmo tempo, buscar um modo totalizante de luta e de organização significa cair no erro moderno de universalização de valores. É preciso, então, ressaltar propostas plurais e tradutoras que busquem responder aos anseios comunitários das populações inferiorizadas pelos processos de colonização e pela continuidade dessa inferiorização depois das independências. Propõe-se pensar e construir, assim, modos de lutas sociais que primem pela igualdade em conjunto com o direito à diferença.



REFERÊNCIAS

- AYERBE, Luis Fernando. 2002. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo, Editora da Unesp.
- CANCLINI, Néstor García. 1999. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- CASTELLS, Manuel. 1999. *A sociedade em rede*. 6ª ed. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo, Paz e Terra. (Série *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, v. 1).
- ESCOBAR, Arturo. 2005. *Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia*. Bogotá, Instituto Colombiano de Antropología e Historia.
- HALL, Stuart. Jul./dez. 1997. "A centralidade da cultura; notas sobre as revoluções de nosso tempo." *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, 22 (2): 15-46.
- HUNTINGTON, Samuel P. 1997. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David L. 2004. *International Relations and the problem of difference*. Nova Iorque/Londres, Routledge.
- JAHN, Beate. 2004. "The Power of Culture in International Relations". In: GIENOW-HECHT, Jéssica C.E.; SCHUMACHER, Frank (org.). *Culture and International History*. New York, Berghahn Books, pp. 27-41.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. 2007. *Cultura e poder*. 2.ed. São Paulo, Saraiva.
- RESENDE, Erica Simone Almeida. 2010. *A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais*. Boa Vista, Editora da UFRR. (Coleção Relações Internacionais, v.2).
- SAID, Edward W. 1995. *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Cia. Das Letras.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2007. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo, Boitempo.
- _____. Jun. 2009. "Direitos humanos: o desafio da interculturalidade", *Revista Direitos Humanos*, (2): 10-18.
- TICKNER, Arlene; BLANEY, David L. fev./mai. 2013. "Pensar la diferencia". *Revista de Relaciones Internacionales* da Universidad Autónoma de Madrid, (22): 211-236.

Recebido em 24.06.2013
Aprovado em 01.08.2013